



# DE 01 A 05 FEVEREIRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

## ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

#### [Projeto de Lei 124/XIII](#)

Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos

Autoria: PCP

#### [Projeto de Lei 126/XIII](#)

Estabelece um regime transitório de isenção de propinas no ensino superior público

Autoria: PCP

#### [Projeto de Lei 127/XIII](#)

Congelamento do valor da propina do Ensino Superior Público

Autoria: PCP

#### [Projeto de Lei 128/XIII](#)

Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento da propina o não reconhecimento do ato académico

Autoria: PCP

#### [Proposta de Lei 11/XIII](#)

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016

#### [Proposta de Lei 12/XIII](#)

Aprova o Orçamento do Estado para 2016

#### [Proposta de Lei 13/XIII](#)

Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016 – 2019

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Projeto de Resolução 130/XIII](#)

Recomenda ao Governo a atribuição dos subsídios de fixação e de compensação para conservadores, notários e oficiais de registos e notariado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 133/XIII](#)

Recomenda ao Governo a proibição da exploração e extração de gases e óleos de xisto

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 135/XIII](#)

Recomenda ao Governo a suspensão do novo regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e sua posterior revogação, ripristinando-se o regime anterior

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 136/XIII](#)

Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para resolver o passivo ambiental das antigas minas de São Pedro da Cova, em Gondomar, e identifique cada um dos intervenientes na cadeia decisória e de fiscalização na deposição dos resíduos tóxicos, com vista ao apuramento de responsabilidades financeiras e criminais, bem como diligenciar no sentido de eventual ressarcimento de quantias indevidamente pagas

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 139/XIII](#)

Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 165/2015, de 17 de agosto, que “procede à regulamentação da Lei dos Baldios (aprovada pela Lei n.º 68/93 de 4 de setembro, alteradas pelas Leis n.º 89/97, de 30 de julho e 72/2014, de 2 de setembro)”

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 140/XIII](#)

Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 165/2015, de 17 de agosto, que “procede à regulamentação da Lei dos Baldios (aprovada pela Lei n.º 68/93 de 4 de setembro, alteradas pelas Leis n.º 89/97, de 30 de julho e 72/2014, de 2 de setembro)”

Autoria: PEV

[Projeto de Resolução 141/XIII](#)

Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 165/2015, de 17 de agosto, que “procede à regulamentação da Lei dos Baldios (aprovada pela Lei n.º 68/93 de 4 de setembro, alteradas pelas Leis n.º 89/97, de 30 de julho e 72/2014, de 2 de setembro)” *[Não disponível]*

Autoria: PCP

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 9/XIII](#)

Vigésima quinta alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro

[Decreto da Assembleia 10/XIII](#)

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva 2015/121/UE, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística 12|2016: Dívida Pública - dezembro de 2015](#)

[Nota de Informação Estatística 13|2016: Empréstimos concedidos pelo setor financeiro - dezembro de 2015](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Apresentação da Vice-presidente da CMVM sobre “Desenvolvimentos Regulatórios na área do Empreendedorismo Social”](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Consulta Pública n.º 2/2016](#)

Nos termos do artigo 47.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões coloca em consulta pública o projeto de Norma Regulamentar que estabelece os princípios gerais a observar pelas empresas de seguros no seu relacionamento com os tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados.

 **FISCAL**

[Despacho n.º 1823/2016 - Diário da República n.º 25/2016, Série II de 2016-02-05](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Despacho - Declaração periódica de rendimentos modelo 22, respetivos anexos e instruções de preenchimento

[Acórdão n.º 695/2015 - Diário da República n.º 23/2016, Série II de 2016-02-03](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma, contida no n.º 4 do artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no sentido de apenas abranger os trabalhadores que integrem o agregado da entidade patronal que seja pessoa física e já não os postos de trabalho criados por entidades empregadoras constituídas sob forma societária em favor de trabalhadores integrantes do agregado familiar de algum membro dos órgãos sociais, com responsabilidade de gestão

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Despacho n.º 1823/2016, de 05/02](#) - Declaração periódica de rendimentos modelo 22, respetivos anexos e instruções de preenchimento.

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

## **IMOBILIÁRIO – EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

[Portaria n.º 17-A/2016 - Diário da República n.º 24/2016, 1º Suplemento, Série I de 2016-02-04](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Economia

Primeira alteração à [Portaria n.º 349-D/2013](#), de 2 de dezembro, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes

## **ORÇAMENTO DO ESTADO**

Proposta de Lei do OE para 2016

[Newsletter PLMJ](#)

## **ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES**

[Resolução da Assembleia da República n.º 19/2016 - Diário da República n.º 22/2016, Série I de 2016-02-02](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que altere as regras para o reconhecimento das organizações de produtores

## **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

*Fumus Boni Juris*

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2016 - Diário da República n.º 25/2016, Série I de 2016-02-05](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: a mera possibilidade de uma determinada norma vir a ser considerada inconstitucional no processo principal não é necessariamente de molde a fundar o preenchimento do requisito do *fumus boni juris*, na sua formulação negativa, tal como consta da alínea b) do n.º 1 do artigo 120.º do CPTA

## **SUBVENÇÕES MENSAIS VITALÍCIAS ATRIBUÍDAS A EX-TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS**

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 3/2016 - Diário da República n.º 22/2016, Série I de 2016-02-02](#)

Tribunal Constitucional

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade das normas do artigo 80.º da [Lei n.º 82-B/2014](#), de 31 de dezembro (subvenções mensais vitalícias atribuídas a ex-titulares de cargos políticos)

## **TRANSPORTES**

[Resolução da Assembleia da República n.º 23/2016 - Diário da República n.º 23/2016, Série I de 2016-02-03](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que proceda à reposição do serviço público de transporte de passageiros, na Linha do Leste, em todo o seu percurso

## **RRA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Decreto Legislativo Regional n.º 3/2016/A - Diário da República n.º 21/2016, Série I de 2016-02-01](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Estabelece o regime jurídico do licenciamento e fiscalização das unidades de internamento e das equipas de apoio integrado domiciliário constituídas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias, Pessoas Coletivas de Utilidade Pública e Entidades Privadas que prestem ou venham a prestar serviços de cuidados continuados e de apoio social

[Decreto Legislativo Regional n.º 4/2016/A - Diário da República n.º 22/2016, Série I de 2016-02-02](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Adapta à Região Autónoma dos Açores o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, o regime de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas e o regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional

## RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 5/2016/M - Diário da República n.º 22/2016, Série I de 2016-02-02](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo da República a defesa intransigente dos interesses dos portugueses das Regiões Autónomas no processo de privatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A.

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016/M - Diário da República n.º 23/2016, Série I de 2016-02-03](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Cria o Fórum Madeira Global e o Conselho da Diáspora Madeirense

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 6/2016/M - Diário da República n.º 25/2016, Série I de 2016-02-05](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Apresenta à Assembleia da República a Proposta de Lei que reduz o horário de trabalho para as 35 horas semanais

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS LEGISLATIVOS

Penal

Regulamento (UE) 2016/95 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016 que [revoga certos atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal](#)

Seguros

Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016 sobre a [distribuição de seguros \(reformulação\)](#)

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

## **COMISSÃO EUROPEIA**

[Comissão estimula os serviços de Internet móvel com radiofrequências de alta qualidade](#)

A Comissão apresentou uma proposta para coordenar a utilização da banda dos 700 MHz para serviços móveis, que melhorará o acesso de todos os europeus à Internet e ajudará a desenvolver aplicações transnacionais.

[Comissão Europeia e Estados Unidos chegam a acordo sobre um novo enquadramento para a transferência transatlântica de dados pessoais: Escudo de Privacidade UE-EUA](#)

A Comissão Europeia e os Estados Unidos alcançaram um acordo sobre um novo enquadramento para transferência transatlântica de dados pessoais: Escudo de Privacidade UE-EUA.

[Previsões económicas do inverno de 2016: novos desafios a enfrentar](#)

A economia europeia está atualmente a iniciar o quarto ano da sua retoma e o crescimento prossegue a um ritmo moderado, impulsionado sobretudo pelo consumo.

## **Consulta pública**

Fundo Social Europeu

[Consulta pública no contexto da avaliação ex post do Fundo Social Europeu no período de programação 2007-2013](#)  
03.02.2016 – 27.04.2016

## **PARLAMENTO EUROPEU**

[Eurodeputados definem recomendações para as negociações do Acordo sobre o Comércio de Serviços](#)

Os eurodeputados votaram uma série de recomendações para as atuais negociações para o Acordo sobre o Comércio de Serviços (TiSA na sigla em inglês). O TiSA é um acordo que se encontra a ser negociado entre 23 membros da Organização Mundial de Comércio com o objetivo de liberalizar o comércio de serviços entre os participantes. Explore a nossa infografia para mais informação.

[Trabalho não declarado: trabalhadores com direitos sociais e laborais reduzidos](#)

O trabalho não declarado representa um grave problema na Europa. Em 2012, terá representado 18,4% do PIB da UE e os efeitos negativos são sentidos nos trabalhadores, empresas e governos. Os eurodeputados aprovaram, em plenário, a criação de uma plataforma europeia para prevenir e dissuadir o trabalho não declarado



**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Parlamento Europeu decide não vetar projeto sobre limites das emissões dos automóveis a diesel](#)

A objeção da comissão parlamentar do Ambiente a um projeto do executivo comunitário sobre os limites de emissões de óxidos de azoto (NOx) dos automóveis a *diesel* nos novos ensaios de emissões em condições reais de condução não passou no Parlamento Europeu. O plenário rejeitou a posição da comissão parlamentar por 323 votos contra, 317 a favor e 61 abstenções

[Acordo sobre Comércio de Serviços: Parlamento Europeu quer salvaguardas para empresas e trabalhadores europeus](#)

O Parlamento Europeu definiu as suas prioridades e linhas vermelhas para as negociações do Acordo sobre o Comércio de Serviços (TiSA), que estão a ser conduzidas pela Comissão Europeia em nome da UE. Os deputados querem garantir mais oportunidades para as empresas europeias em mercados estrangeiros, a exclusão dos serviços públicos, a proteção dos direitos laborais e o direito de legislar no interesse público. Os países à mesa das negociações representam 70% do comércio mundial de serviços.

[Chat no Facebook com Bernd Lange: “Não basta que os acordos de comércio sejam livres, têm de ser justos”](#)

A transparência das negociações dos acordos de comércio foi um dos temas abordados pelos participantes no chat com eurodeputado alemão do S&D Bernd Lange no Facebook. O presidente da Comissão de Comércio Internacional e o responsável pela elaboração da posição do Parlamento Europeu sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) respondeu a 61 perguntas sobre acordos de comércio em geral e sobre o TTIP em particular.



ALFREDO CUNHA  
(detalhe)  
*S/título, 1997*

Prova grlatina e prata  
35 x 25 cm

Obra da Coleção da Fundação PLMJ



Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Proposta de Lei de Orçamento do Estado para 2016, o Relatório que o acompanha, as Grandes Opções do Plano e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano  
*The Lawyer European Awards, 2015-2012*

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal, 2015, 2011-2006*  
*Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009*

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos  
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011*